

Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR

João Edmilson Fabrini

Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* de Marechal Cândido Rondon
Coordenador do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS
e-mail: joao.fabrini@unioeste.br

Djoni Roos

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – FCT
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS
e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br

Erwin Becker Marques

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* de Marechal Cândido Rondon
Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS
e-mail: erwinmarques@yahoo.com.br

Leandro Daneluz Gonçalves

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* de Francisco Beltrão
Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS
e-mail: le.daneluz@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da espacialização e territorialização das lutas camponesas no estado do Paraná a partir de informações e dados coletados pelo Dataluta-PR entre os anos de 2006 e 2008. O Dataluta-PR é parte da Rede Dataluta dedicada à constituição de um banco de dados da luta pela terra realizada pelos diversos movimentos sociais do país. Observou-se que as lutas camponesas no Paraná se manifestam de variadas formas, sendo as mais frequentes, os enfretamentos pela posse da terra, preservação do ambiente e da biodiversidade, crédito agrícola, contra a construção de barragens e o agronegócio. Neste contexto de lutas foi enfatizada a ocupação da Estação Experimental da Syngenta em Santa Tereza do Oeste pelos integrantes da Via Campesina. Esta ocupação é exemplar das disputas territoriais travadas entre campesinato e agronegócio no Paraná.

Palavras-chave: campesinato, Dataluta-PR, lutas, resistências, campo paranaense.

Resumen

Luchas y resistencias en el campo paranaense y el proyecto Dataluta-PR

En este artículo se refiere a la espacialización y territorialización de las luchas campesinas en el estado de Paraná a partir de la información y los datos recogidos por Dataluta-PR entre los años 2006 y 2008. El Dataluta-PR es parte de la red Dataluta dedicada a la creación de una base de datos de la lucha por la tierra en manos de diversos movimientos sociales en el país. Se observó que las luchas campesinas en el Paraná, manifiesto en

muchos sentidos, el más frecuente, los enfrentamientos por la tenencia de la tierra, la preservación del medio ambiente y la biodiversidad, el crédito agrícola, contra la construcción de presas y la agronegocio. En este contexto de la lucha se hizo hincapié en la ocupación de la estación experimental de Syngenta en Santa Tereza do Oeste por los miembros de Vía Campesina. Esta ocupación está cerrado y copia de las disputas territoriales entre los campesinos y los agronegocio en Paraná.

Palabras-clave: campesinado, Dataluta-PR, luchas, resistencias, campo paranaense.

Abstract

Struggles and resistance in countryside paranaense and the project Dataluta-PR

This article deals with the spatialization and territorialization of peasant struggles in the state of Paraná from information and data collected by Dataluta-PR between the years 2006 and 2008. The Dataluta-PR is part of the Network Dataluta dedicated to the creation of a database of the struggle for land held by various social movements in the country. From the data collected by Dataluta-PR was possible to analyze and discuss the history of peasant struggles in the state, focusing mainly on the clashes occurred between the years 2006 and 2007. It was observed that the peasant struggles in Paraná manifest in many ways, the most frequent, the confrontations over land ownership, environmental preservation and biodiversity, agricultural credit, against the construction of dams and agribusiness. In this context of struggle was emphasized the occupation of Syngenta's experimental station in Santa Tereza do Oeste by members of Via Campesina. This occupation is locked copy of territorial disputes between peasants and agribusiness in Paraná.

Keywords: peasantry, Dataluta-PR, struggles, resistance, countryside paranaense.

Introdução

A espacialização das lutas camponesas no campo paranaense está relacionada à trajetória de apropriação concentrada da terra e à modernização conservadora iniciada em meados da década de 1960. A concentração de terras e a modernização conservadora foram responsáveis pela expropriação e migração de milhares de camponeses paranaenses para cidades, Amazônia e Paraguai.

No contexto das transformações e resistências no campo paranaense estão inseridas lutas que apresentam conteúdos diversos e se manifestam de variadas formas, dentre as quais se destacam as lutas pela posse camponesa da terra através de ocupações de latifúndios ou empresas ligadas ao agronegócio; de denúncias por parte de ilhéus e pescadores proibidos de permanecerem nas novas Unidades de Conservação da Natureza; de ocupações de empresas por indígenas atingidos pela construção de obras e barragens; de ações judiciais de direito territorial e étnico perpetradas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e por quilombolas contra empresas do setor madeireiro; de protestos em defesa da biodiversidade e do meio ambiente; de bloqueios de estradas para reivindicar políticas agrícolas, melhores preços e condições de produção para a agricultura familiar.

Para registrar e analisar os desdobramentos destas lutas no espaço geográfico paranaense foi elaborado o projeto Dataluta-PR, vinculado ao Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O Dataluta-PR é parte de um projeto mais amplo que forma a Rede Dataluta dedicado à constituição de um banco de dados das lutas pela terra realizadas pelos diversos movimentos sociais do Brasil.

A trajetória de lutas dos camponeses do Paraná

As lutas pela terra no Paraná não são um fenômeno recente e várias regiões do estado estão marcadas por elas. No processo de expansão contraditória e desigual das relações capitalistas de produção é possível verificar a espacialização das lutas, apreender sua dinâmica social e compreender a organização espacial do campo paranaense.

Na década de 1950, o Norte do Paraná foi uma região de intensos conflitos com a formação da chamada “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses-possesores se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, pois o governo do estado havia repassado estas terras a grandes proprietários rurais. Diante de tal situação, o Partido Comunista apoiou os camponeses que lutavam contra os despejos e buscavam garantir as condições objetivas de seu modo de vida, dependente de sua manutenção na terra (BONIN et al., 1991). Assim, os camponeses negavam a proletarização de suas famílias e a expansão das relações capitalistas no campo.

Ainda na década de 1950, o Sudoeste também se tornou uma região de lutas e conflitos, quando os camponeses-colonos foram expulsos de suas terras através de manobra empreendida pelo governo estadual, que concedeu terras “devolutas” a uma empresa colonizadora. Organizados em “Assembleias Gerais do Povo” e “Juntas Governativas”, os camponeses avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsaram as autoridades constituídas e tomaram a estação de rádio da cidade. Medidas para resolver os problemas vieram com a “militarização da questão agrária” e a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), no início dos anos 1960. (BONIN et al., 1991).

No final da década de 1970, o Oeste paranaense constituiu-se noutra região de lutas no estado com a mobilização dos pequenos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu. Organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), formaram o Movimento Justiça e Terra, que reivindicava a justa indenização das terras, hoje alagadas pelo reservatório de Itaipu. Nesta luta destacaram-se a ação de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e pastores adeptos da Igreja Luterana na mobilização dos expropriados (BONIN et al., 1991; FERREIRA, 1987; GERMANI, 2003). Nesta luta, foram montados acampamentos e diariamente realizadas assembleias, que permitiram obter experiência política e reivindicar direitos sociais em época de exceção do regime militar, iniciado em 1964.

Essas experiências de lutas foram fundamentais para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra na região Oeste, em 1981: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). O MASTRO se constituiu em nova forma de luta dos camponeses, pois enquanto no Movimento Justiça e Terra os camponeses lutavam para garantir a indenização das terras inundadas pelo Lago de Itaipu, no MASTRO, a luta era também pela reforma agrária. O MASTRO inspirou o surgimento de diversos movimentos de sem-terra organizados em regiões do Paraná. Assim em 1983 surgiram outros movimentos de sem-terra no estado como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Este último organizou-se, principalmente, com o apoio da CPT e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)¹ (BONIN et al., 1991; FERREIRA, 1987).

Assim, os camponeses sem-terra se organizaram em diversos movimentos regionais, pois a maioria dos STRs possuía uma prática assistencialista e não de defesa dos interesses da classe camponesa (BONIN et al., 1991). Uma das exceções foi à atuação do STR de Medianeira que participou das mobilizações para organização dos sem-terras, atingidos pela barragem de Itaipu, no MASTRO (LIECHESKI, 2000). Posteriormente, com a

¹ A ASSESOAR é uma entidade fundada por padres belgas pertencentes a ala progressista da Igreja Católica possuía entre outros objetivos a formação de lideranças comunitárias e promoção do desenvolvimento com o trabalho de organização dos pequenos agricultores.

eleição de diretorias oposicionistas, outros sindicatos se embrenharam nas lutas mais combativas dos camponeses.

Os movimentos de sem-terras que surgiram no início da década de 1980 eram estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação entre eles ou com as demais lutas camponesas no estado. Mais tarde, porém, esses movimentos impulsionaram o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que unificou essas diversas frentes de luta pelo ideal da reforma agrária, elegendo como palavra de ordem, “sem reforma agrária não há democracia”.

Em 1984 foi realizado em Cascavel o primeiro encontro de caráter nacional dos camponeses organizados nestes movimentos regionais, com a participação de camponeses organizados em outros estados do país (SP, MS, RS, SC). Neste encontro foram definidos os princípios e as formas de luta dos camponeses organizados no emergente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As ocupações foram definidas como a principal forma de luta no I Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Curitiba em 1985, quando foi também definida uma Coordenação Nacional.

O MST espacializou-se através de ações massivas, com ocupações e acampamentos em latifúndios nos mais variados municípios do estado do Paraná e em todo o Brasil. A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996, quando mais de 3.000 famílias em marcha acamparam na fazenda Giacomet-Marodin (atual fazenda Araupel), com cerca de 85.000 ha, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Resultante desta ocupação, parte do latifúndio Giacomet-Marodin foi conquistado pelos sem-terra e transformado nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Posteriormente, em 2005, foram assentadas mais 1078 famílias nas terras desapropriadas da fazenda Araupel formando o assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu.

Na década de 1980 as regiões paranaenses que mais se destacaram pelas lutas no campo foram as mesorregiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul. Posteriormente, no final da década de 1990 o Noroeste paranaense se destacou nas mobilizações, principalmente nos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Marilena, onde ocorreram ocupações, manifestações, despejos e violências generalizadas, inclusive com assassinato de lideranças dos sem-terra.

O início da década de 2000 foi marcado por intensos conflitos no campo paranaense e diversas regiões se destacaram, sobretudo, aquelas que passaram por um importante processo de modernização da agricultura mais intenso como o Oeste e o Norte. A partir de 2005 a região Oeste tem sido espaço caracterizado por conflitos diversos, onde se destaca uma força social conservadora em torno da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) no combate às lutas dos camponeses, principalmente dos sem-terra.

A partir de 2005, as mobilizações no campo paranaense apresentaram maior diversidade social e política, dentre as quais se destacam a dos sem-terra, mulheres camponesas, pequenos agricultores, indígenas, ilhéus, pescadores, dentre outras. Os camponeses vinculados à Via Campesina e ao MST têm realizado um conjunto de ações recentes que são respondidas com violência pelos grandes proprietários de terra e setores do agronegócio, como ocorreu na ocupação da Estação Experimental da Syngenta Seeds em que Valmir Mota de Oliveira, o Keno, coordenador estadual do MST, foi assassinado em 2007. O conflito da Syngenta será tratado num item específico a diante.

As lutas e mobilizações camponesas não se realizam exclusivamente pela ocupação de grandes propriedades. Muitas destas lutas são realizadas nas cidades para a denúncia de violências sofridas, ocupações de órgãos públicos, marchas e caminhadas, atos públicos, dentre outras. As mobilizações também não estão restritas aos interesses imediatos dos sem-terra, pois eles realizam ocupações de praças de pedágio e fechamento de rodovias como forma de protesto à privatização do patrimônio público, quando as rodovias foram entregues às empresas privadas, no período do governo Jaime Lerner.

Outra importante manifestação camponesa foi realizada no Dia Internacional da Mulher de 2007, quando a construção da igualdade de gênero também foi anunciada como demanda das mulheres camponesas. Nesta ocasião, as manifestantes fecharam as vias de trânsito em frente à fábrica de agrotóxicos Nortox, localizada em Londrina e celebraram um

ato de repúdio à passagem do presidente estadunidense George Walker Bush pelo Brasil. O movimento também elaborou um documento intitulado “Carta das Mulheres Camponesas do Paraná à Sociedade”, na qual se referiram aos crimes ambientais, à privatização das sementes, a organismos geneticamente modificados e ao aquecimento global. Verifica-se assim que a luta camponesa assumiu novas dimensões e incorporou a luta pela preservação ambiental e biodiversidade que estão sendo ameaçadas pela expansão do capitalismo no campo.

Outra luta recente preocupada com a preservação da natureza ocorreu em março de 2006, na Celebração das Águas às margens do Rio Tibagi, para comemorar o Dia Internacional das Águas e de Luta Contra as Barragens (14 de março). Esta mobilização foi organizada pela CPT, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pescadores. A Rede Ecovida de Agroecologia também contribuiu na luta pela preservação da natureza, elaborando carta de repúdio à medida que permitiu o cultivo de plantas transgênicas nas zonas de amortecimento das unidades de conservação.

Além da luta ambiental realizada pelos camponeses no estado do Paraná, ocorreram várias outras, organizadas principalmente pela Via Campesina e pelo Fórum Oeste da Agricultura Familiar voltadas contra os transgênicos e empresas multinacionais. Nestes enfrentamentos foram denunciadas as estruturas de dominação dos camponeses engendradas no processo de produção e manipulação de sementes transgênicas, como aconteceu na V Jornada de Agroecologia realizada em Cascavel, em 2006. Por meio destas manifestações os camponeses também divulgaram a produção de sementes crioulas e a retomada dos valores camponeses.

Outro exemplo de luta em defesa da biodiversidade foi o protesto organizado pela Via Campesina durante a realização da Confederação das partes para Preservação da Biodiversidade (COP-8) no município de Pinhais, em 2006. A proteção da biodiversidade significa para o camponês a preservação de seu modo de vida, pois a pesquisa e produção de transgênicos são entendidas pelos movimentos sociais como fruto dos interesses capitalistas que resultam na subordinação e expropriação do campesinato.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) coordenou também protestos em Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Guaíra em maio 2006. Os manifestantes criticaram o Estado e o agronegócio que, segundo eles, incentivam o plantio de organismos geneticamente modificados que danificam a saúde dos consumidores e excluem “a pequena propriedade de incentivos econômicos do governo, além de concentrar renda, destruir o meio ambiente e gerar desemprego”. (O PARANÁ, 25/05/2006, p. 11). Vigílias em frente às agências do Banco do Brasil, bloqueio das rodovias BR-163, PR-182 e da ponte Ayrton Senna – que liga o estado do Paraná ao de Mato Grosso do Sul – também foram estratégias empregadas pelo MPA para cobrar o prolongamento do pagamento de dívidas agrícolas; estabelecimento de juros fixos nos financiamentos e subsídios; garantia de preços mínimos, comercialização e crédito.

Outras lutas que merecem destaque foram a dos ilhéus e pescadores atingidos pela criação do Parque Nacional de Ilha Grande e construção do canal de navegação no lago de Itaipu. Estes ilhéus fecharam por várias vezes a ponte Ayrton Senna, em Guaíra. Os pescadores e ilhéus estão organizados na Associação dos Pescadores e Ilhéus de Ilha Grande (APIG) e nas Colônias de Pescadores, principalmente a Z-13 de Guaíra. As principais reivindicações estavam voltadas para as indenizações da posse de terra na Ilha Grande e pela construção do canal de navegação que destruiu o habitat natural da íctiofauna resultando numa diminuição dos cardumes de peixes no Lago de Itaipu. A conquista dos ilhéus atingidos com a formação do Parque Nacional de Ilha Grande ocorreu depois de muitas mobilizações e ações judiciais que garantiu em média R\$ 9.000,00 por família.

Os indígenas do Norte e Oeste do Paraná também fizeram manifestações pela demarcação de suas terras e contra a invasão feita pelos fazendeiros e empresas. No Oeste, a luta dos indígenas é contra a Itaipu, e ocorreu com a ocupação do Parque Nacional do Iguaçu. Os indígenas vêm na demarcação de suas áreas o único modo de conseguirem sobreviver e manter o pouco do que resta de sua cultura e seu modo de vida, frente à

expansão capitalista que vem expulsando-os de suas áreas de origem. Para eles, a Itaipu não reconhece a sua identidade indígena e negligencia seus problemas.

Em Tamarana houve disputa entre os Caingangues da Reserva Indígena de Apucarantina e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) decorrente da construção e operação da Usina hidrelétrica Apucarantina. Os indígenas demandavam a indenização de R\$ 29 milhões pelos danos ambientais, culturais e sociais sofridos. Para pressionar a negociação com a empresa, os indígenas ocuparam a usina hidrelétrica e ameaçaram colocar fogo na mesma com o uso de barris de óleo diesel. Conforme as lideranças indígenas, 20% do valor indenizado seria destinado às famílias e o restante aplicado na melhoria da reserva como bem comum (agricultura e reflorestamento). Entretanto, o acordo firmado entre a COPEL e os indígenas estabeleceu indenização na casa de R\$ 14 milhões.

Protestos e fechamentos de rodovias, linhas férreas e agências do Banco do Brasil também foram organizadas pelos Sindicatos Rurais Patronais com a participação de pequenos agricultores, em 2006. Estes protestos aconteceram em todo o Paraná, mas as maiores concentrações foram nas regiões Oeste e Norte do estado. Eles reivindicavam uma política cambial que atendesse aos interesses dos produtores rurais, bem como a renegociação das dívidas com os bancos.

Chamou atenção o fato dos produtores rurais se organizarem e protestar de forma semelhante aos movimentos populares, ou seja, com o fechamento de rodovias e agências bancárias. Outra característica destas manifestações é o fato dos grandes proprietários atraírem os pequenos agricultores com o discurso de que os benefícios da luta seriam estendidos a todos.

Em 2006 os pequenos agricultores também se manifestaram na cidade de Curitiba no 12º Grito da Terra para cobrar o aumento do valor destinado ao Fundo de Aval para a safra 2006/2007, orçada em R\$ 11 milhões pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Cobraram também apoio na formação do Conselho de Administração da Central de Abastecimento (CEASA) em Ivaiporã e um programa de regularização fundiária no estado a ser feito pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG).

Mas, as lutas recentes desenvolvidas no Paraná que geram maior repercussão foram aquelas relacionadas à reforma agrária, ocupações de terra e manifestações contra o agronegócio, realizadas por diversos movimentos de sem-terras. Dentre os movimentos de sem-terras que mais se destacaram pelos protestos no estado do Paraná estão: MST, Via Campesina, Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST). Suas ações resultaram em ocupações de terra, fechamento de rodovias, liberação do pedágio de estradas privatizadas e acampamento em margem de rodovias, principalmente nas regiões Oeste, Centro e Norte do Paraná.

Esta diversidade de lutas pode ser verificada na ação dos sem-terra vinculados ao MLST do Oeste do Paraná que acamparam, em 2006, em frente à fazenda Jaborandi no município de Lindoeste para pressionar a desapropriação daquela área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Acrescente-se à luta do MLST as manifestações na Câmara dos Deputados em Brasília que teve repercussão nacional neste mesmo ano. Além de manifestações realizadas por movimentos já consolidados, houve no estado do Paraná, acampamentos e protestos por parte de movimentos “independentes”.

As lutas dos sem-terra contra o agronegócio têm recebido dura reação dos proprietários rurais como foi o caso do confronto violento entre os participantes da I Jornada de Educação na Reforma Agrária e os membros da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO). O confronto ocorreu com o bloqueio da rodovia pelos ruralistas que visavam barrar a passagem dos sem-terra em marcha à fazenda experimental da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste. O então coordenador do MST na região Oeste do Paraná, Keno Oliveira, afirmou que a marcha tinha intenção pacífica. “A maior prova de que não tínhamos nenhuma intenção de violência é que não revidamos. Essa agressão é o comportamento típico dos latifundiários [...] não vamos nos intimidar diante de um pedaço do lixo do agronegócio”. (FOLHA DE LONDRINA, 01/12/2006, p. 9).

Por sua vez, o então Presidente da SRO Alessandro Meneghel, afirmou que se:

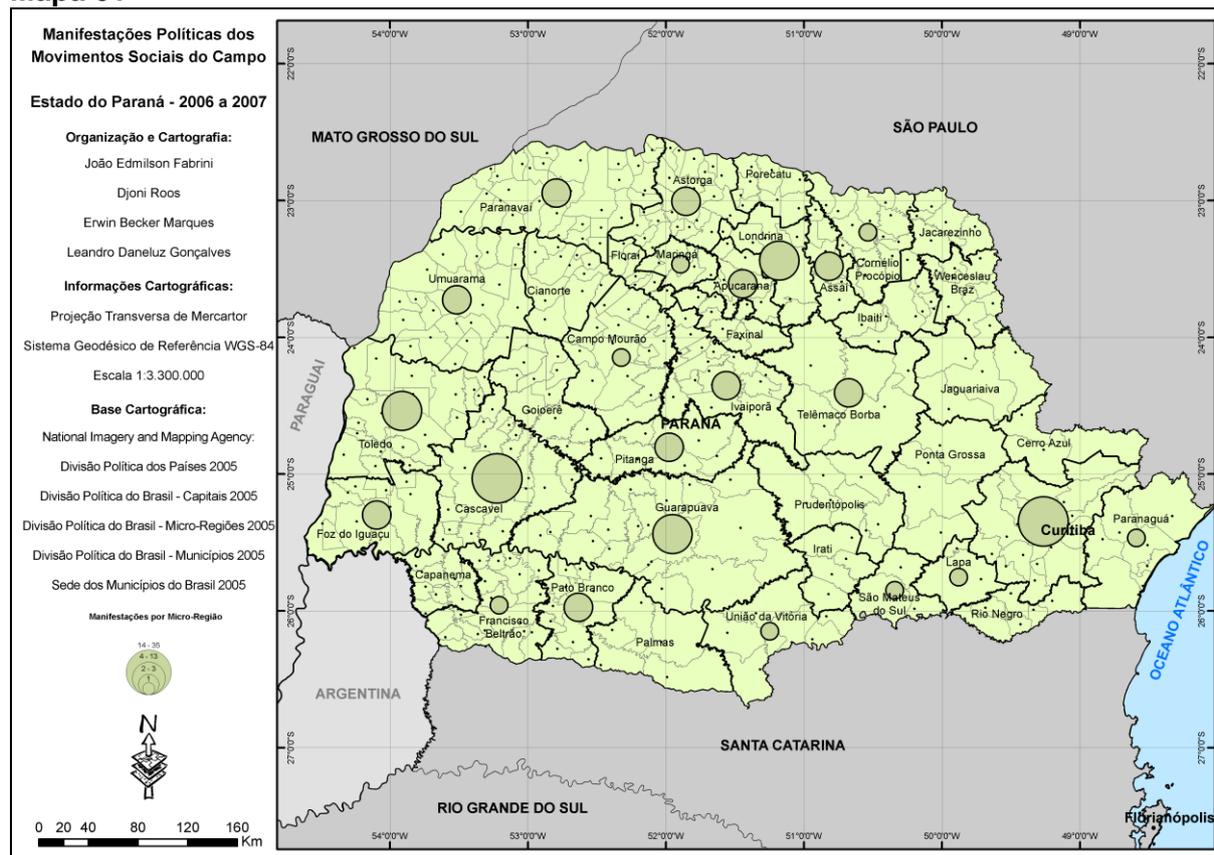
O governo não cumprir as reintegrações, nós vamos fazer com as nossas próprias mãos [...] Os sem-terra são uns vagabundos. Não tem um assentamento que deu certo. Eles já receberam R\$ 60 bilhões do governo federal. O que fizeram com esse dinheiro? (FOLHA DE LONDRINA, 01/12/2006, p. 9).

Outra reação da SRO contra os movimentos sociais do campo ocorreu em 2006, quando proprietários rurais, num total de 100 pessoas, bloquearam a BR-277 no município de Céu Azul em protesto à ameaça de ocupação da fazenda Quatro Irmãos por sem-terras do MST. A SRO e os Sindicatos Rurais Patronais voltaram a interromper o tráfico em setembro de 2006, desta vez em Cascavel, na PR-163 e na BR-369, protestando contra o que consideraram “omissão” do Estado em cumprir as decisões judiciais de reintegração de posse de 68 propriedades no Paraná (FOLHA DE LONDRINA, 14/09/2006, p. 8). Enquanto os ruralistas esperavam a reintegração de posse dos imóveis ocupados, os movimentos sociais do campo pressionaram os órgãos públicos pela desapropriação da terra e o assentamento dos sem-terra.

As reações contra as ocupações e lutas dos sem-terra também foram promovidas pelos fazendeiros vinculados à União Democrática Ruralista (UDR) que reagiram às ações dos movimentos camponeses através de uma agenda de mobilizações “em defesa do direito de propriedade, que eles consideram ameaçado pela decisão do presidente Lula de mudar os índices de produtividade no campo para fins de reforma agrária”. (O PARANÁ, 5/12/2006, p. 8).

Para “avaliar” a situação e embates travados em torno das ocupações de terra pelos movimentos sociais, a Assembleia Legislativa do Paraná criou, em 2006, uma Comissão Especial de Inquérito. Os sem-terra criticaram a criação da Comissão, inclusive impedindo as diligências dos deputados às propriedades ocupadas, alegando que os trabalhos eram presididos por deputados comprometidos com o setor ruralista e o agronegócio, o que serviria para incriminar os sem-terra.

Em síntese, dentre as lutas e manifestações recentes dos movimentos camponeses no Paraná reivindica-se a desapropriação de terras; renegociação das dívidas dos pequenos agricultores; maior oferta de crédito aos assentados; atualização dos índices de produtividade; melhoria da infraestrutura dos assentamentos; distribuição de alimentos, assistência médica aos acampamentos; revisão dos laudos de produtividade das propriedades vistoriadas; reestruturação do INCRA; revisão da decisão do Tribunal de Contas da União que suspendeu os convênios entre o INCRA e empresas de assistência técnica rural que auxiliariam no planejamento agrário de mais de 18 mil assentados. O mapa a seguir (mapa 01), espacializa as manifestações no campo ocorridas no período de 2006 à 2007 no estado do Paraná.

Mapa 01

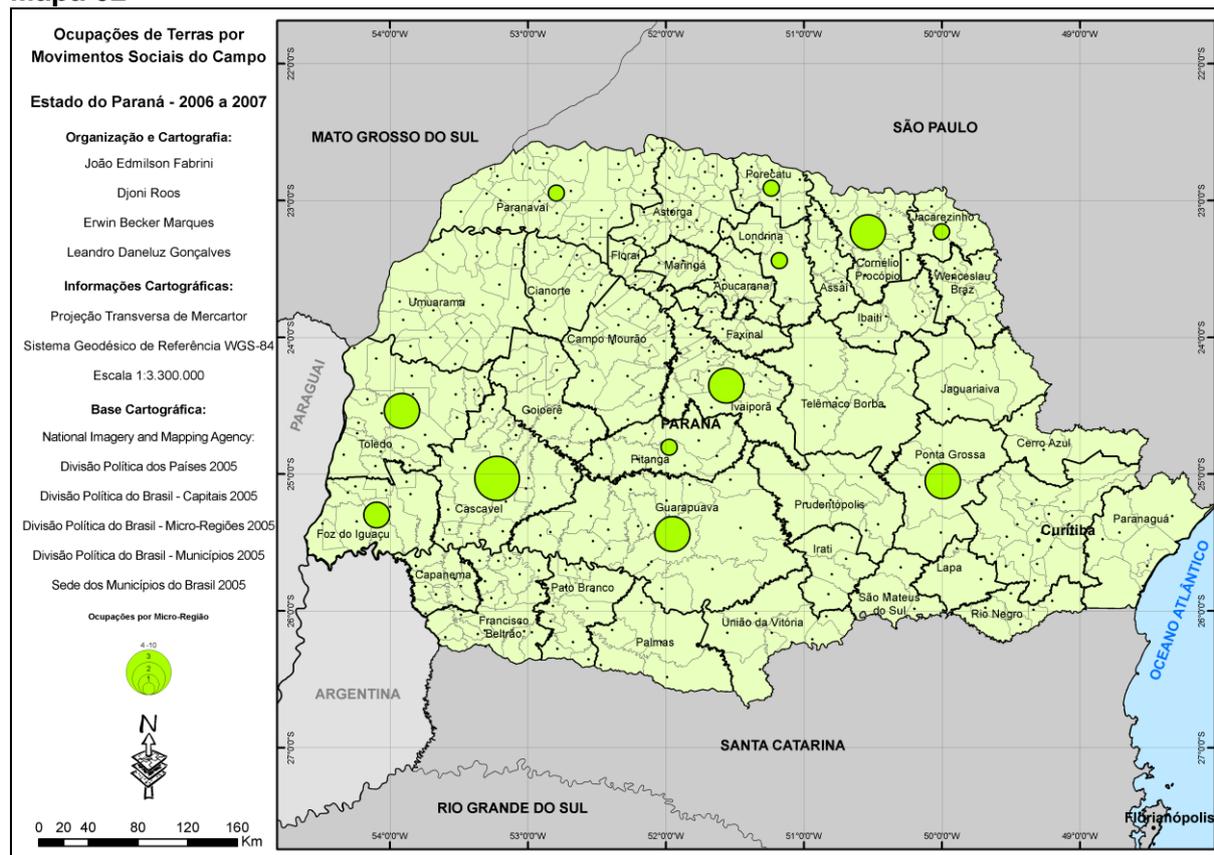
Fonte: DATALUTA-PR.

As ocupações de terra no Paraná

As ocupações de terra constituem uma prática forjada nas experiências de luta dos sem-terra para solapar a estrutura agrária baseada na concentração que garante poder às elites e segmentos dominantes do campo. Entretanto, a “espinha dorsal” das classes hegemônicas no campo que é a propriedade concentrada, ainda não foi quebrada pela ação dos camponeses através de ocupações de terra para realização da reforma agrária.

A ocupação se configura como um instrumento essencial da luta pela terra, visto que é através dela que a luta se espacializa e os camponeses conquistam seus territórios. Ao referir-se a espacialização da luta pela terra Fernandes (1996, p. 136) afirma: “Espacializar é registrar no espaço um processo de luta”. A ocupação é um pré-requisito para a espacialização e territorialização dos sem-terra, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e camponesas.

As ocupações de terra são instrumento de luta dos sem-terra e sua realização é, geralmente, marcada por enfrentamentos com policiais e pistoleiros das fazendas nas “reintegrações” de posse. No Paraná, no decorrer dos anos de 2006 e 2007 ocorreram várias reintegrações de posse, contudo os sem-terra resistiram aos despejos através de novas ocupações. No mapa a seguir (mapa 02) verificam-se as regiões paranaenses que se destacaram pelas ocupações de terra no período de 2006 a 2007. Por outro lado, neste período não foram registradas grande quantidade de ocupações em regiões consagradas pelas histórias de luta, como nas mesorregiões Noroeste e Sudoeste do Paraná.

Mapa 02

Fonte: DATALUTA-PR.

As ocupações de terra no período de 2006/2007 se concentraram nas microrregiões de Cascavel, Toledo, Guarapuava, Ponta Grossa, Ivaiporã, Cornélio Procópio e não necessariamente ocorreram em propriedades diferentes. Um importante exemplo dessa luta foi a ocupação de uma área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Ponta Grossa e da Fazenda Experimental da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste, em 2006, ocupada diversas vezes pelos sem-terra até sua desapropriação e destinação pelo governo do Paraná ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) para realização de pesquisas.

Ocupação da Syngenta: conflito entre agronegócio e camponeses sem-terra

Dentre as recentes ocupações de terra no Paraná, teve grande repercussão aquela realizada por cerca de 1.000 integrantes da Via Campesina na Unidade Experimental da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste. A área da Unidade Experimental possuía 143 hectares e estava localizada na “zona de amortização ambiental” em torno do Parque Nacional do Iguaçu onde a Syngenta realizava pesquisas com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), prática não permitida pela legislação ambiental.

A Syngenta Seeds é uma empresa transnacional sediada na Suíça que atua na pesquisa, inovação e difusão biotecnológica no setor do agronegócio. Ela é uma das líderes mundiais na área do agronegócio e destaca-se na pesquisa e produção de sementes comerciais. A companhia é líder em “Proteção de Cultivos”, ou seja, pesquisa e comércio de agrotóxicos, e ocupa a terceira posição no *ranking* do mercado de sementes de alto valor agregado. Suas vendas globais chegaram em 2007 a aproximadamente US\$ 9,2 bilhões. A empresa foi criada a partir da fusão das empresas Novartis e Zeneca em fevereiro de 2001 e atualmente está presente em 90 países. Considerando as empresas antecessoras, a

Syngenta está presente no Brasil há cerca de 80 anos, produzindo “defensivos” agrícolas e sementes (SYNGENTA, 2008).

A Syngenta tornou-se mais conhecida pela realização de pesquisas com Organismos Geneticamente Modificados, sobretudo na produção de sementes para grandes culturas agrícolas, hortaliças, flores e beterraba açucareira. No Brasil, a Syngenta possui dois centros de pesquisas localizados em: Santa Tereza do Oeste/PR e Uberlândia/MG. A estrutura da empresa é formada ainda por duas unidades de beneficiamento: Matão/SP e Ituiutaba/MG. Há também a estação experimental de sementes de flores e vegetais, localizada em Itatiba/SP (SYNGENTA, 2008).

A estação de pesquisa de Santa Tereza do Oeste estava há 20 anos realizando estudos com sementes híbridas de milho e soja para a região Sul do Brasil. Desenvolviam ainda atividades de melhoramento genético para cultivos convencionais e transgênicos. Em março de 2006, a Syngenta foi multada em R\$ 1 milhão pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por infringir a lei 10.814 de 15 de dezembro 2003 que proibia, em seu artigo 11, o plantio de sementes transgênicas nas áreas de Unidades de Conservação (UC) e respectivas zonas de amortecimento. A infração se refere ao cultivo/experimento de transgênicos (soja e milho), na unidade de Santa Tereza do Oeste, localizada na “zona de amortização ambiental” do Parque Nacional do Iguaçu, que conforme previa a legislação brasileira, compreendia um raio de 10 km. Além da multa, em maio de 2006 o IBAMA apreendeu os 12 hectares plantados com transgênicos.

No dia 19 de maio de 2006 o IBAMA determinou a colheita das plantações de soja e milho transgênicos que havia no campo experimental da Syngenta, os produtos foram apreendidos e armazenados na Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (COODETEC), que foi escolhida pela justiça como depositária das sementes. O chefe do escritório regional do IBAMA em Cascavel, Walter Gonçalves dos Santos Filho ao falar a respeito da estação de pesquisas de Santa Tereza disse que ‘a área foi embargada. Fica proibido qualquer pesquisa com organismos geneticamente modificados. (O PARANÁ, 20/05/2006, p. 9).

No dia 14 de março de 2006, uma semana antes da aplicação de multa à Syngenta pelo IBAMA, 1.000 integrantes da Via Campesina ocuparam a estação experimental da Syngenta localizada em Santa Tereza do Oeste (foto 01). A ocupação da área teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para os crimes ambientais contra a biodiversidade que a transnacional estava cometendo. Na estação de pesquisa ocupada, os camponeses montaram o acampamento “Terra Livre”.

Foto 01: Ocupação da estação experimental da Syngenta pelos integrantes da Via Campesina



Fonte: O Paraná, 15/03/2006.

A partir da ocupação da área da Syngenta, os sem-terra passaram a ser duramente combatidos pela empresa e pela SRO, fundada para defender os interesses dos grandes proprietários fundiários do Oeste do Paraná. Para os setores proprietários e dominantes da região Oeste foi uma afronta dos sem-terra ocupar uma área destinada à pesquisa e localizada entre as terras mais férteis do país e próximas à cidade de Cascavel, importante centro de produção, consumo e circulação de mercadorias, pois nessa perspectiva, a área com este potencial produtivo deveria ser destinada ao agronegócio.

Entretanto, a retirada dos produtos geneticamente modificados da área não significou o fim da luta dos camponeses na Estação Experimental da Syngenta, pois os sem-terra reivindicavam também a desapropriação da área em favor da criação de um Centro de Estudos em Agroecologia. Assim, 80 famílias permaneceram acampadas por mais de dois meses na área até serem despejadas, quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) alterou o raio da “zona de amortecimento ambiental” do Parque Nacional do Iguaçu de 10 quilômetros para 500 metros. Após a alteração do raio da Zona de Amortecimento, a justiça ordenou a desocupação da área pelos sem-terra. Assim, a alteração da abrangência da Zona de Amortecimento Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, serviu aos interesses da Syngenta, obrigando a retirada dos sem-terra da área.

Os sem-terra deixaram a área e se instalaram na faixa de domínio da PR-163 em frente ao campo experimental. Decididos a reivindicar a desapropriação da fazenda experimental, os sem-terra reocuparam a área depois de uma semana: “Vamos ocupar quantas vezes for necessário, até conseguirmos a desapropriação da área, disse um dos coordenadores estaduais da Via Campesina e que lidera a ocupação em Santa Tereza”. (O PARANÁ, 14/11/2006).

Após a reocupação o governo do Paraná, na época, iniciou o processo de desapropriação da estação através da assinatura de decreto que transformava a fazenda experimental de OGMs em “[...] área de pesquisa, ensino e extensão voltada ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis”, justificando a desapropriação à “[...] significância e fragilidade do maior e mais importante remanescente de floresta estacional semidecidual do país, constituído pelo Parque Nacional do Iguaçu”. (O PARANÁ, 14/11/2006).

A área foi identificada pela Secretaria de Agricultura do estado do Paraná como local ideal para instalação do Centro de Pesquisa em Agroecologia, sendo sua criação aprovada pela Assembleia Legislativa do estado. Para fundamentar a desapropriação, o governo estadual levou em consideração o artigo 23 da Constituição Federal, que outorga aos estados a competência para “[...] proteger as paisagens naturais notáveis e o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora” (BRASIL, 1988).

A desapropriação da área da Syngenta gerou indignação por parte dos ruralistas da região Oeste do Paraná. Organizados na SRO, os ruralistas bloquearam com tratores e demais máquinas a BR-277 a fim de impedir que os participantes da “I Jornada de Educação na Reforma Agrária”, ocorrida em Cascavel no mês de novembro de 2006, realizassem a marcha até a fazenda experimental da Syngenta, resultando em confronto violento, conforme referido anteriormente.

No início de 2007 o desembargador Marcos Fanchin determinou a suspensão dos efeitos do decreto que desapropriava a área para a criação de um Centro de Pesquisa em Agroecologia, alegando desvio de finalidade. A justificativa do desembargador foi de que ao invés de implantar centro de pesquisa, ensino e extensão, a área havia sido ocupada por membros da Via Campesina. O governador do estado, na época Roberto Requião, reagiu à decisão judicial:

Se a Syngenta fizesse o que fez aqui na Suíça, seu país de origem, todos os seus administradores estariam na cadeia. O Governo do Estado desapropriou o espaço de uma empresa infratora, evitou um conflito com os movimentos sociais e vê, pelo menos num primeiro momento, sua medida ser derrubada no Judiciário. Na Suíça, não aconteceria isso. Vamos

continuar na nossa posição de defesa do interesse público. Vamos recorrer. (PARANÁ, 2007).

Os sem-terra reocuparam novamente a área em 2007 e passaram a produzir sementes crioulas. Após um ano da primeira ocupação, os integrantes da Via Campesina comemoraram a produção de alimentos para sua subsistência e de excedentes para a comercialização pelas 70 famílias acampadas. Durante o período do acampamento as famílias demonstraram preocupação ecológica plantando cerca de 3.000 mudas de espécies nativas na área ocupada, espécies estas impedidas de serem cortadas por força da lei.

Embora estivessem produzindo na área da Syngenta, em abril de 2007, a Justiça do Paraná determinou a retirada das famílias acampadas diante das pressões da classe ruralista pela reintegração de posse. Mas os acampados permaneceram na área até julho do mesmo ano, quando os sem-terra decidiram pela desocupação pacífica, dirigindo-se para o assentamento Olga Benário, próximo à estação experimental.

Em outubro de 2007 membros da Via Campesina voltaram a ocupar a estação experimental da Syngenta com cerca de 150 pessoas. No mesmo dia da ocupação cerca de 40 homens fortemente armados tentaram expulsar os sem-terra da área. Nesse confronto violento, duas pessoas morreram: Valmir Mota de Oliveira, mais conhecido como Keno, coordenador estadual do MST na Região Oeste do Paraná e o segurança Fábio Ferreira da empresa “NF Segurança”. Além disso, vários sem-terra saíram feridos do confronto, sendo hospitalizados na cidade de Cascavel.

Segundo a Via Campesina, a empresa de segurança “NF Segurança” agia como uma milícia armada a serviço da Sociedade Rural do Oeste e do Movimento dos Produtores Rurais (MPR). Deve-se mencionar que lideranças do MST e da Via Campesina na região Oeste já vinham sofrendo perseguição e intimidação por parte de “milícias” privadas contratadas pela SRO e pelo MPR, a fim de combater as ocupações de terra na região.

No início do ano de 2008 os membros da Via Campesina desocuparam pacificamente a Estação Experimental da Syngenta, quando novamente, se transferiram para o Assentamento Olga Benário. Como a impunidade campeia, a Syngenta saiu isenta das acusações de assassinato e os “seguranças” da “NF Segurança” foram postos em liberdade após ficarem apenas dez dias detidos.

Assim, verifica-se que a empresa moderna, transnacional e vinculada ao agronegócio recorre à violência para fazer valer a acumulação capitalista, articulando relações de produção modernas e pesquisa científica com práticas semelhantes à “acumulação primitiva”.

Porém, a persistência dos camponeses pela conquista da área da Syngenta fez com que em outubro de 2008 a empresa assinasse cessão da área de 127 hectares ao estado do Paraná, que delegou a administração da área ao IAPAR em parceria com a Via Campesina, sendo utilizada para a produção de sementes crioulas e distribuição entre os camponeses, visando a construção de um projeto soberano para a agricultura. Assim, a área anteriormente destinada aos experimentos transgênicos foi convertida pela luta em área de reforma agrária.

Entretanto, em vista de mudanças na conjuntura política do estado do Paraná com a posse do governador Carlos Alberto Richa (Beto Richa – PSDB) em 2011, o seu secretário de agricultura, Norberto Ortigara, declarou que a estação do IAPAR de Santa Tereza do Oeste, deve passar por redefinições a fim de atender outros setores agrícolas, indicando que poderá dedicar-se ao atendimento de produção agrícola convencional. Neste sentido, a luta dos camponeses será a garantia das conquistas alcançadas com a desapropriação da área da Syngenta em Santa Tereza do Oeste.

O Dataluta-PR: banco de dados da luta pela terra no Paraná

Nesta quadra de lutas e resistências no campo paranaense, apresentada anteriormente, surgiu a necessidade de criar um banco de dados, o Dataluta-PR, para

registrar e subsidiar a análise dessa realidade na perspectiva da espacialização e territorialização destas lutas. O Dataluta-PR está vinculado à Rede Dataluta, sediado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente e se dedica ao levantamento de informações sobre as lutas no campo desenvolvidas por meios dos movimentos camponeses no Brasil.

O banco de dados é resultado da coleta de informações da luta pela terra e representa as diversas lutas ocorridas no campo nas escalas nacional, estadual e microrregional. Na escala nacional há o Dataluta-Brasil; na estadual existe o Dataluta/Paraná, São Paulo, Minas Gerais, etc. Cada núcleo de pesquisa utiliza diferentes fontes, como as do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra (ANOTER), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos movimentos sociais. Os dados do Dataluta-PR são coletados a partir de informações veiculadas em jornais de circulação estadual (Folha de Londrina) e regional/Oeste (Gazeta do Paraná e O Paraná).

A elaboração do banco de dados na escala estadual percorre o seguinte caminho: escolha dos jornais que servirão como fonte; recorte dos jornais com matérias que tratam das lutas no estado; leitura semanal desses recortes; recolhimento dessas informações como: data da realização da luta, local/município, número de famílias ou de participantes, movimento, inserção dos dados em um banco de dados e digitalização dos recortes de jornais.

Os dados coletados dos jornais Folha de Londrina (Londrina), O Paraná e Gazeta do Paraná (Cascavel) no período de 2006/2007 permitiram verificar, como destacado anteriormente, que as principais lutas realizadas neste período tiveram como motivações a conquista da terra, obtenção de recursos financeiros, assistência técnica e infraestrutura para agricultura camponesa e a preservação da biodiversidade, dentre outras. A partir das diferentes demandas verificou-se também a presença de variados movimentos, dos quais se destacaram a Via Campesina, MST, MLST, MAST, pescadores, ilhéus e STRs.

Neste período ainda, foi possível verificar que as lutas no campo paranaense se espacializaram principalmente nas regiões Oeste, Norte e Centro-Sul, além de Curitiba, sede do governo estadual e onde encontros e protestos são estrategicamente organizados. As lutas também se realizaram nestas regiões em vista da concentração fundiária e existência de propriedades rurais improdutivas, pela organização dos sem-terra que protestam e exigem do Estado solução do problema da posse da terra e o atendimento de outras reivindicações.

A forma mais frequente de manifestação foi o bloqueio do tráfego de rodovias e ferrovias, caminhadas, protesto em frente a órgãos públicos, empresas privadas e estatais, templos religiosos e praças públicas, ocupação de bancos e órgãos públicos. Às vezes o protesto tomou a forma de ato comemorativo, culto, encontro político ou científico, greve ou reunião. Estas táticas foram empregadas tanto por movimentos sociais e trabalhadores rurais “independentes” quanto por entidades de classe vinculadas aos ruralistas e aos produtores rurais (tabela 1).

Tabela 1 – Movimentos em Ocupações e Manifestações – Paraná (2006/07)

Movimentos/entidades de classe	Manifestações	Ocupações
MST/Via Campesina	70	32
SRP/SRO/Produtores Rurais	37	-
MLST	5	4
Indígenas	5	2
Pescadores/ilhéus	4	-
Sem-Terra “independentes”	1	2
CPT	3	-
MAST	-	2
CUT	1	1

FETAEP/STRs/CONTAG	3	-
CETA – Movimento Assentados, Acampados e Quilombolas.	-	1
FETRAF	1	-
União Geral dos Trabalhadores	1	-
MPA	1	-
A-PROLI	1	-
Assentados	1	-
Coordenação dos movimentos sociais	1	-
Cortadores de cana	1	-
Total	136	44

Fonte: Dataluta-PR. **Org.:** Autores.

Verificou-se também que a luta pela terra se deu pela organização dos camponeses nos movimentos sociais. Nesse processo de enfrentamento à ordem expropriatória e desigual, há movimentos que atuam em vários estados e países (MST, Via Campesina) e há aqueles de ação local, ambos assentados no território, como é o caso dos ilhéus e indígenas.

Muitos estudiosos e movimentos camponeses têm valorizado as ações de massa e em grande escala com a realização de grandes ocupações, manifestações, encontros, marchas, eventos e mobilizações variadas que geram um “fato político” e repercussão. As pequenas manifestações acabam sendo depreciadas e consideradas isoladas, não portadoras de potencial transformador da sociedade.

O exemplo típico de movimentos sociais camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

Segundo Fernandes e Martín (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional a partir de uma base territorial faz dele um movimento socioterritorial, organizado em rede em 23 unidades da federação. Até 1984, as lutas dos sem-terra eram “isoladas” e foram articuladas nacionalmente, quando foi fundado o MST em Cascavel/PR. Antes desta data haviam movimentos pontuais e localizados, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

Mesmo reconhecendo as diversas escalas de luta (local, regional, nacional e mundial) que se implicam e imbricam-se, Fernandes e Martín (2004) analisam as lutas dos camponeses a partir do nexa da espacialização das lutas, de modo que os movimentos espacializados, de lastro e abrangência nacional são considerados socioterritoriais, e aqueles que esboçam resistência local são entendidos como movimentos isolados, indicando que estas seriam formas menos eficientes para alcançar seus objetivos. Ao tratar das ocupações de terra realizadas pelo MST, Fernandes (2001) afirma:

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam em famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores. (FERNANDES, 2001, p. 72-73).

Fernandes e Martín (2004), ao referirem-se aos movimentos socioterritoriais, ou seja, aqueles articulados nacionalmente como portadores de um conteúdo questionador da ordem capitalista dominante, como verificado anteriormente, reportam-se ao pensamento de Foucault, enfatizando que a geografia das confrontações locais de poder foi problematizada por este estudioso no livro *Microfísica do Poder*, possibilitando compreender que a produção e resistência camponesa fazem surgir uma geografia característica e peculiar do campo. Os autores também citam Lefebvre para apontar a necessidade de reconhecimento das forças locais na compreensão dessa realidade.

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e entidades nacional ou internacionalmente organizadas. Por isso pode-se afirmar que o território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

Considerações finais

No decorrer da elaboração do Dataluta-PR (2006/2007) foi possível verificar que ocorreram diversas manifestações camponesas espacializadas no estado do Paraná, onde se destacam as lutas promovidas pelos movimentos populares. A partir das diferentes demandas verificou-se também a presença de variados movimentos.

Foi possível verificar também por meio da coleta de informações e dados jornalísticos que as lutas recentes no campo paranaense apresentam espacializações e características variadas. As principais regiões de lutas camponesas são as regiões Oeste, Centro-Sul e Norte. Dentre as principais lutas realizadas destacam-se aquelas relativas à conquista da terra; preservação da biodiversidade; obtenção de recursos financeiros; assistência técnica e infraestrutura para agricultura camponesa.

Constatou-se ainda que as lutas dos camponeses não são necessariamente locais e ligadas aos seus interesses corporativos e imediatos. São lutas contra a estrutura de dominação engendradas no processo ampliado de acumulação capitalista. Assim, o projeto Dataluta/Paraná tem possibilitado a coleta de informações e dados que permitem visualizar a espacialização e territorialização das lutas camponesas no estado.

Referências bibliográficas

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras. 1999.

_____. **Resgatar os princípios organizativos**. São Paulo. MST. 2001.

BONIN, Anamaria A. et. al. **A luta pela terra no Paraná recente**. In: PAZ, Francisco. Cenários de Economia e Política - Paraná. Curitiba. Prephácio. p. 119/143. 1991.

BONIN, Anamaria A. et. al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar Edições. 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003. Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004 e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2003, p. 01.

DATALUTA. (Banco de Dados da Luta Pela Terra). **Relatório de Pesquisa**. Presidente Prudente: Nera. 2001 a 2007.

ESTERCI, Neide et. al. Assentamentos rurais: um convite ao Debate. *In*: Revista da ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). **Assentar, assentados e assentamentos**: solução ou atenuante. Campinas, ABRA, v. 22, 1992. p. 07-15.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST.** São Paulo: MST. 1998.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez. 2001.

FERNANDES, Bernardo M. MARTÍN, Jean Y. **Movimento socioterritorial e globalização.** Digitado: Presidente Prudente. 2004.

FERREIRA, Ângela D. D. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: **Movimentos sociais no campo.** Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 09 – 50.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina:PR, 2006-2007.

GAZETA DO PARANÁ. Cascavel:PR, 2006- 2007.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu.** 2. ed. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003

GÖRGEN, Frei Sérgio A., STEDILE, João P. (Orgs.). **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes. 1991.

LIECHESKI, Eliane. **A contribuição do sindicato dos trabalhadores rurais de Medianeira nas lutas dos trabalhadores rurais do oeste do Paraná.** Relatório 53 f. (iniciação científica em geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, departamento de Geografia, Marechal Cândido Rondon, PR, 2000.

MARQUES, E. B. **A espacialização das ocupações de terra no estado do Paraná (1988-2006) e os limites da luta pela reforma agrária.** Monografia 110f. (licenciatura em geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

_____. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec. 1994.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp. 2000.

MEDEIROS, Leonilde S. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões.** www.dataterra.org.br. 1993.

MST. **Encontro Nacional dos Sem-Terra.** Cascavel: MST. 1984.

_____. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST. 1986.

_____. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio.** São Paulo: MST. 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: contexto, 1999.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII **Encontro Nacional de Geografia Agrária.** n, 12, Águas de São Pedro/Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura.** São Paulo: Ática. 1986.

O PARANÁ. Cascavel:PR, 2006-2007.

PARANÁ. **Agência Estadual de Notícias.** 2007. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2008.

PAZ, Francisco. **Cenários de economia e política:** Paraná. Curitiba: Prephácio. 1991.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil. Rio do Janeiro, RJ. Zahar Editores, 1981. 192 p.

SYNGENTA. **Histórico.** 2008. Disponível em: <[http:// www.syngenta.com.br/historico](http://www.syngenta.com.br/historico)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2008.